
AS PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO EM ACESSO ABERTO DOS PESQUISADORES DE DOIS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA

RESEARCHER PERCEPTIONS AND PRACTICES IN OPEN ACCESS PUBLICATION IN TWO
ENGINEERING POSTGRADUATE PROGRAMS

PERCEPCIONES Y PRÁCTICAS PARA SU PUBLICACIÓN EN ACCESO ABIERTO DE
INVESTIGADORES DOS PROGRAMAS DE POSGRADO EN INGENIERÍA

¹Ariadne Chloe Furnival, ¹Daniel Andre Rigo Guirra

¹ Universidade Federal de São Carlos

Correspondência

¹ Ariadne Chloe Furnival
Universidade Federal de São Carlos
São Carlos, SP
Email: chloefscar@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2344-4400>

Submetido em: 26-08-2016

Aceito em: 26-02-2017

Publicado: 12-04-2017



JITA: IM. Open data

RESUMO: Apresenta os resultados de um estudo que buscou conhecer as práticas e percepções de pesquisadores credenciados em dois programas de pós-graduação em engenharia, avaliados com nota sete pela CAPES, em relação à publicação em canais de acesso aberto comparado com aqueles restritos, de assinatura. Foi usada uma abordagem metodológica mista. Dados de publicação referentes ao período 2008 a 2016 foram levantados e tabulados dos currículos Lattes dos pesquisadores usando os softwares *ScriptLattes* e *VantagePoint* respectivamente. Os 244 títulos de revistas científicas e os 970 artigos identificados dessa fase foram então pesquisados em outras plataformas como o SciELO, DOAJ, SHERPA/ROMEO, Google Acadêmico e o próprio Repositório Institucional da instituição dos programas de pós-graduação para verificar a proporção de artigos publicados disponíveis em acesso aberto. Concomitantemente a esses levantamentos quantitativos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 11 pesquisadores dos dois programas para identificar suas percepções em relação à publicação em geral e especificamente em acesso aberto, e em repositórios abertos. Dos dados quantitativos levantados, foi verificado que apenas 21,9% dos artigos publicados do primeiro programa de pós e 29,8% do segundo estão disponíveis em acesso aberto. No entanto, nas entrevistas a maioria dos autores apoia o acesso aberto, embora manifestem pouco conhecimento sobre o acesso aberto em repositórios, incluindo aquele da sua própria instituição, como também desconhecem o caminho complementar de se publicar primeiramente em revistas de alto impacto com o posterior arquivamento do mesmo artigo no repositório, ao término do eventual tempo de embargo da editora.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso aberto. Comunicação científica. Práticas de publicação. Percepções de pesquisadores.

ABSTRACT: The article presents the results and discussion of a study that aimed to identify the practices and perceptions of researchers concerning making their publications available in open access, as compared to publishing in subscription, paywalled journals. The study subjects were researchers accredited in two postgraduate Engineering programs that have obtained the maximum evaluation by CAPES. A mixed methodological approach was used. Quantitative publication data for the period 2008 to 2016 were collected and tabulated from the researchers' Lattes curricula using the *ScriptLattes* and *VantagePoint* software respectively. The 244 periodicals and 970 published articles identified in this phase were then researched in other platforms such as SciELO, DOAJ, SHERPA/ ROMEO, Google Scholar and in the postgraduate programs' Institutional Repository itself to verify the proportion of published articles available in open access. Concomitantly, semi-structured interviews were conducted with 11 researchers of the two postgraduate programs to identify their perceptions regarding publication in general and specifically, in open access and self-archiving in open repositories. From the quantitative data collected, it was found that only 21.9% of the articles published in the first postgraduate program and 29.8% of the second are available in open access. However, in the interviews, most authors support open access while at the same time demonstrating little knowledge of open access repositories, including that of their own institution. They are also unaware of the complementary possibility of first publishing in high-impact journals, and subsequently depositing the same article in the open access repository on the completion of an eventual publisher embargo period.

KEYWORDS: Open access. Scientific communication. Publishing practices. Researcher perceptions.

RESUMEN: Presenta los resultados de un estudio que tuvo como objetivo conocer las prácticas y percepciones de los investigadores acreditados en dos programas posgrado en ingeniería evaluados por la CAPES nota 7, en relación con la publicación en los canales de acceso abierto en comparación con aquellos restringida, suscripción. Se utilizó un enfoque metodológico mixto. Datos de publicación para el período de 2008 a 2016, fueron reunidos y tabulados de los curriculum Lattes de los investigadores, usando-se los softwares *ScriptLattes* y *VantagePoint* respectivamente. Con los 244 títulos de revistas y 970 artículos identificados en esta fase, fueron luego buscados en otras plataformas como SciELO, DOAJ, SHERPA / ROMEO, Google Scholar y en el Repositorio Institucional de la institución de los programas de postgrado en sí, para verificar la proporción de artículos publicados disponibles en acceso abierto. Simultáneamente a estas encuestas, entrevistas semi-estructuradas se realizaron con 11 investigadores de los dos programas para identificar sus percepciones con respecto a la publicación en general y específicamente, con el acceso abierto y repositorios abiertos. De los datos cuantitativos planteados, se encontró que sólo el 21,9% de los artículos publicados en el primer programa y el 29,8% del segundo están disponibles en acceso abierto. Sin embargo, en las entrevistas, la mayoría de los autores es de acuerdo con el acceso abierto antes de que se muestran poco conocimiento de la vía verde, o repositorios abiertos, incluyendo el de su propia institución, pero tampoco conscientes de la manera que se complementen publicar primero en revistas de alto impacto con la presentación posterior del mismo artículo en el repositorio, al final de cualquier tiempo de embargo ejecutado por la editora.

PALABRAS CLAVE: Acceso abierto. Comunicación científica. Práticas de publicación. Percepciones de investigadores.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem ocorrido a proliferação e a consolidação de iniciativas e práticas para o fortalecimento e expansão do acesso aberto à literatura científica no Brasil. Aderindo à famosa definição da *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) de 2002, o acesso aberto à literatura refere-se à:

disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o *direito autoral* neste domínio é dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de serem devidamente reconhecidos e citados. (BOAI, 2002).

Hoje, o cenário do acesso aberto no Brasil é composto por 92 repositórios digitais (OpenDOAR, 2017) e 944 revistas científicas em acesso aberto registradas no Diretório de Revistas de Acesso Livre (DOAJ, 2017). Na literatura de Acesso Aberto, essas duas formas – repositórios e revistas – são chamadas, respectivamente, "acesso aberto verde" e "acesso aberto dourado" (SUBER, 2012).

É bem provável que o desempenho expressivo do “acesso aberto dourado” no Brasil deva-se à existência, desde 1997, do SciELO (Scientific Electronic Library Online), uma plataforma virtual que reúne coleções de periódicos publicados em onze países da América do Sul e do Caribe, bem como algumas revistas da África do Sul, Portugal e Espanha. O SciELO não é apenas um portal, plataforma ou repositório, mas um *modus operandi* para a publicação e divulgação científica que mantém padrões de qualidade através de critérios rigorosos para a inclusão e manutenção de títulos de revistas, resultando assim, na inclusão de muitos dos seus títulos em importantes bases de dados internacionais, tais como Web of Science, PubMed, SCOPUS, CROSSREF, AGRIS, DOAJ (PACKER, 2009). Archambault et al. (2013) atribuem o sucesso do SciELO ao fato de que 63% dos artigos publicados por autores brasileiros estão disponíveis em acesso aberto, já que de acordo com esses autores, o Brasil já passou do "ponto de inflexão" (ARCHAMBAULT et al., 2013, p. 2) em termos de disponibilidade de sua produção em acesso aberto, significando que mais de 50% dos trabalhos publicados estão disponíveis gratuitamente.

Foi observado em pesquisas que buscam as opiniões e percepções dos cientistas sobre acesso aberto que, para a maioria dos cientistas que publicam, a expressão "disponibilizar publicações em acesso aberto" significa, primeiramente, a publicação de artigos em revistas de acesso aberto, ou seja, o uso de repositórios digitais para atingir o acesso aberto é geralmente

desconsiderado e muitas vezes, desconhecido pelos cientistas. Além disso (e um ponto de preocupação para aqueles que defendem mais iniciativas para a expansão do acesso aberto), as revistas em acesso aberto são frequentemente vistas pelos cientistas como revistas científicas que adotam a prática negativa de enviar e-mails não solicitados, nos quais convidam os cientistas a submeterem seus manuscritos para a publicação na revista em questão, podendo esta até ocorrer após um processo de revisão por pares extremamente rápido e, portanto, duvidoso. Esta prática tornou-se tão rotineira e malvista que até existe uma listagem, elaborada por Jeffery Beall, bibliotecário da Universidade de Colorado, dessas revistas que ele chama de "predatórias" (BUTLER et al., 2013). É claro que para publicar, os autores terão que pagar um encargo para cobrir as taxas de processamento de artigos (APCs), mas deve-se notar que este modelo de negócio também é adotado por revistas em acesso aberto de qualidade e respeitadas (e assim registradas no supracitado DOAJ), bem como pelas revistas "híbridas". Estas últimas são periódicos que, em uma mesma edição de um determinado volume, publicam alguns artigos em acesso aberto, e outros em acesso não aberto, com os autores do primeiro optando pela publicação imediata em acesso aberto, tendo que pagar as APCs por conta desta escolha.

Cientistas são conhecidos por preferirem publicar em revistas que tenham o maior fator de impacto (FI) possível, dado o seu suposto potencial para aumentar as citações. O sistema Qualis CAPES, mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do governo brasileiro, leva também em consideração o FI e o prestígio das revistas científicas ao designar os estratos de A1 (considerado o peso mais significativo) a C (peso zero). Dado que a produção intelectual de cientistas que ensinam e supervisionam em Programas de pós-graduação no Brasil é monitorada pela CAPES pelo ranking dos programas de pós-graduação, é natural que esses cientistas optem por publicar em periódicos credenciados pela Qualis CAPES, dentre os quais encontram-se as revistas de assinatura, bem como as de acesso aberto.

Diante do exposto, a pesquisa aqui descrita teve como objetivos, o mapeamento das práticas de publicação e a coleta das percepções de um grupo de cientistas, acerca da publicação em acesso aberto comparadas com as revistas de acesso não aberto. Esses cientistas estão credenciados em um dos dois programas de pós-graduação em Engenharia da Universidade de São Paulo (USP) que obtiveram a classificação mais alta (7) na avaliação de excelência de programas de pós-graduação que são realizados em intervalos de quatro anos pela CAPES. Para caracterizar as práticas de publicação destes cientistas, foram coletados dados, englobando um período que compreende nove anos (2008-2016), para identificar a quantidade de artigos publicados em periódicos de acesso não aberto, de assinatura e em aquelas de acesso aberto, e se os artigos publicados também estão disponíveis em acesso aberto online em repositórios, como o próprio repositório institucional da USP, a Biblioteca Digital de Produção Intelectual (BDPI). A coleta e análise dos dados quantitativos foram complementadas pela análise das transcrições de gravações de entrevistas semiestruturadas realizadas com onze cientistas pertencentes aos dois programas de pós-graduação (PPGs) escolhidos, com o objetivo de avaliar a familiaridade deles e a percepção dos princípios e práticas de acesso aberto.

2 COMUNICAÇÃO ACADÊMICA E ACESSO ABERTO

Já existe uma quantidade substancial de literatura sobre acesso aberto, e não é o propósito deste artigo retomá-la aqui, mas sim focarmos em aspectos que se relacionam diretamente com os nossos objetivos de pesquisa. O conceito das duas formas de atingir o acesso aberto foi muito discutido na literatura. Simplificando, estas referem-se à publicação em revistas científicas que usam o modelo de acesso aberto ("acesso aberto dourado"), ou, alternativamente para o depósito através do arquivamento de artigos científicos em repositórios institucionais ou temáticos ("acesso aberto verde"). O mais famoso e antigo repositório, o arXiv.org (hospedado na Cornell University Library, nos EUA) é um exemplo que permite aos pesquisadores de vários campos das Ciências Exatas fazerem o upload de seus preprints digitais (e-prints) de artigos, frequentemente submetidos simultaneamente a revistas de acesso não aberto (e portanto, de assinatura). Outros repositórios temáticos bem conhecidos são repec.org que contém artigos de Economia e o cogprints.org para artigos das Ciências Cognitivas e Psicologia. Os repositórios institucionais encontram-se predominantemente em universidades e institutos de pesquisa, embora também existam alguns em órgãos governamentais. No Brasil, de acordo com os dados coletados através do OpenDOAR, em março de 2017, 80% dos 92 repositórios de acesso aberto eram institucionais, dentre 11% eram repositórios atrelados a disciplinas específicas e 7% eram governamentais. Muitos dos repositórios institucionais brasileiros são chamados de Bibliotecas Digitais (a maioria desses contém arquivos de texto completo de teses e dissertações), todavia a classificação destes como repositórios está correta. Isso deve-se ao fato deles fornecerem em acesso aberto os arquivos de texto completo, bem como utilizarem o Open Access Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH) para garantir a interoperabilidade do repositório e a exposição de metadados para serviços de agregação de informações de terceiros, como motores de busca na web.

Desde o início do movimento, o acesso aberto dourado tem sido geralmente considerado como o mais fácil de ser alcançado, uma vez que ele não representa uma potencial "ameaça" às editoras (GUEDON, 2006), dado que representam um maior número de revistas aos quais os autores podem submeter seus manuscritos. Além disso, com o crescimento do acesso aberto, muitas das editoras comerciais criaram seus próprios títulos em acesso aberto (por exemplo, Springer Open Choice, Open Nature, Open Palgrave Macmillan), cujo modelo de negócios mantém o princípio de acesso aberto para o leitor sem nenhum custo, enquanto cobra as taxas de processamento do artigo (APCs) aos autores (ou as suas universidades ou agências de fomento à pesquisa), referente aos gastos que cobrem despesas gerais de produção de publicação como design gráfico e layout, divulgação, revisão, etc. Eles não incluem os custos da revisão pelos pares, realizada por cientistas da comunidade científica em geral, que é trabalho voluntário e não remunerado. No caso do Nature Publishing Group, as APCs podem variar de US\$ 2.000 a US\$ 5.000 por artigo, dependendo da revista desta editora. Existem algumas editoras de acesso aberto sem fins lucrativos bem conhecidas, como a Public Library of Science (PLoS) e BioMed Central, que usam uma variedade de modelos de negócios, às vezes até dispensando a necessidade de autores de certos países pagarem as APCs. Com o

surgimento do software Open Journal System (OJS) do Public Knowledge Project (adaptado e promovido pelo IBICT no Brasil sob o nome de SEER), surgiu uma miríade de revistas de acesso aberto que começam em departamentos universitários e programas de pós-graduação. De acordo com Bailey (2006, p. 23, tradução nossa), as revistas em acesso aberto têm as seguintes características:

- 1) São acadêmicas;
- 2) Utilizam mecanismos de controle de qualidade como os de revistas convencionais (tais como supervisão editorial e edição de cópias);
- 3) São digitais;
- 4) Estão disponíveis gratuitamente;
- 5) Permitem que os autores mantenham seus direitos autorais;
- 6) Podem utilizar licenças Creative Commons ou similares (BAILEY, 2006, p.23).

Em relação ao crescimento do acesso aberto, duas mudanças, de natureza técnica e política, tornaram o acesso aberto verde mais viável e atraente. O primeiro foi o desenvolvimento de um protocolo técnico para o intercâmbio de metadados que permite a coleta sistemática de conteúdo encontrado em repositórios: o OAI-PMH, o que por sua vez implicava que os navegadores da Web poderiam coletar e expor esses metadados, tornando visível o conteúdo de coleções em repositórios espalhados pela Internet. Outra grande mudança foi que várias das principais editoras comerciais aceitaram – algumas com relutância – que os autores de artigos científicos rotineiramente autoarquivam versões de seus artigos em um repositório institucional ou temático (GUEDON, 2006). O SHERPA-RoMEO é um serviço que coleta e sistematiza as políticas de direitos autorais e arquivamento das editoras, surgindo precisamente para esclarecer qual revista permite tal arquivamento em repositórios para cada editora comercial e em caso afirmativo, qual versão (preprint, postprint ou a cópia do editor) do artigo. O esquema de cores SHERPA-RoMEO compactua esse espectro de permissões, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1. Classificação de cores SHERPA-RoMEO

Cores RoMEO	Política de arquivamento
Verde	Pode arquivar o preprint e posprint ou a versão em PDF do editor
Azul	Pode arquivar posprint (ou seja, rascunho final pós-revisado) ou versão em PDF do editor
Amarelo	Pode arquivar o preprint (ou seja, pré-revisado)
Branco	Arquivo não formalmente suportado

Fonte: SHERPA: Definitions and terms ¹.

Para Harnad (2006), alcançar um cenário em que 100% das publicações científicas estejam disponíveis em acesso aberto só será possível através do acesso aberto verde: ou seja,

¹ Disponível em <<http://www.sherpa.ac.uk/romeoinfo.html>>

através da expansão de iniciativas em universidades e institutos de pesquisa em todo o mundo na implantação de seus repositórios institucionais. O acesso aberto pleno através do acesso aberto dourado não será possível, diz Harnad (2006), porque isso significará esperar que todas as revistas científicas sejam convertidas em acesso aberto, que é um cenário altamente impraticável e improvável. O mais relevante é o fato de que a expansão do acesso aberto dourado está além do controle das instituições e pesquisadores individuais: depende de uma rede de profissionais, expertise em publicação e financiamento para criar e manter uma revista em acesso aberto. O acesso aberto verde, por outro lado, depende em especial se os cientistas estão motivados a arquivar seus artigos no repositório da instituição na qual pertencem, ou em um repositório temático.

É importante ressaltar que o arquivamento de um artigo em um repositório acesso aberto pode ser inteiramente complementar à publicação do mesmo artigo em uma revista científica de acesso não aberto, de assinatura: abrir o acesso a um artigo em um repositório e publicá-lo em uma revista de acesso não aberto de alto FI não são mutuamente excludentes (HARNAD, 2015; SUBER, 2012). Isso pode não ser possível simultaneamente, uma vez que muitas revistas – de acesso aberto ou não – exigem um período de embargo, referente ao "tempo de espera" exigido pela revista, entre a data de publicação na revista até tornar o artigo disponível em um repositório. Deve-se enfatizar que 866 das 2.214 editoras (ou 39%) registradas no banco de dados SHERPA/RoMEO possibilitam o arquivamento do preprint ou postprint do artigo publicado em um repositório, e 738 editoras (33%) permitem o arquivamento do postprint. Por exemplo, SHERPA/RoMEO mostra que a revista da Springer-Verlag, *Engineering with Computers*, permite o arquivamento das versões preprint e postprint de artigos em um repositório acesso aberto doze meses após sua publicação (e também permite a publicação do postprint no site pessoal do autor logo após a publicação). A *Nature*, por outro lado, só permite o arquivamento da versão preprint em um repositório de acesso aberto do postprint, seis meses após a publicação. Em ambas as revistas, a versão final da editora (geralmente o arquivo PDF), não pode ser arquivada em um repositório de acesso aberto, tornando-as tecnicamente classificadas como "amarelas" de acordo com o SHERPA/RoMEO (embora a primeira esteja categorizada como "verde").

Seria compreensível questionar a necessidade de arquivar cópias de artigos que tenham sido previamente publicados em revistas de acesso aberto, em um repositório institucional de acesso aberto também, uma vez que podem ser acessados e baixados gratuitamente a partir do *site* da revista. Mas a função de um repositório acesso aberto vai além de apenas fornecer acesso aos artigos arquivados nele. No caso de repositórios institucionais, por exemplo, um objetivo primário é preservar a memória institucional, e outro pode ser gerar e acompanhar os indicadores de produtividade do pessoal institucional. Assim, arquivar uma cópia de um artigo já disponível em uma revista de acesso aberto hospedada na plataforma SciELO, por exemplo, não deve ser considerado como a duplicação desnecessária do artigo, mas sim como uma forma de preservação digital praticada pela instituição. Para revistas em acesso aberto, o SHERPA/RoMEO geralmente mostra a declaração: "Esta é uma revista não classificada no

RoMEO" e sinaliza que está "Listado no DOAJ como um periódico de acesso aberto", com a ressalva clara de que, apesar de ser uma revista em acesso aberto, isto não necessariamente significa que as políticas de reutilização também são garantidas. É preciso recordar que o foco do trabalho do SHERPA/RoMEO é esclarecer (e às vezes desmistificar) as políticas e permissões das editoras de revistas de acesso não aberto, sobre arquivamento em repositórios de acesso aberto. No entanto, vale a pena lembrar que o fato de disponibilizar artigos em acesso aberto para sua leitura não significa necessariamente que uma revista de acesso aberto permita seu arquivamento em um repositório de acesso aberto também. SHERPA/RoMEO (2017) nos alerta que:

As políticas desta revista não foram verificadas pelo RoMEO. DOAJ diz que este é uma revista de acesso aberto, mas isso pode significar que ele está livremente disponível somente para a leitura. A maioria das revistas em acesso aberto também permite o arquivamento e reuso, mas algumas não. Não presume que o arquivamento é permitido, ao menos que a revista seja publicada sob uma licença *Creative Commons*. Por favor, contate a editora para obter maiores informações, se necessário. Contate-nos caso deseje sugerir a inclusão adequada desta editora no RoMEO (SHERPA/RoMEO, 2017).

O termo "acesso aberto" dá ênfase ao acesso à literatura científica, ou seja, considera principalmente o usuário final, o leitor, que acessa essa literatura. Naturalmente, é relevante considerar que cada cientista que publica é também um leitor e usuário da literatura científica. Ou seja, o acesso aberto inegavelmente ajuda os cientistas na recuperação de informações durante o processo de pesquisa. Hoje, seria difícil encontrar um pesquisador que não saiba montar uma expressão de busca no Google Acadêmico, conectando assim, o cientista a uma rede de publicações cujos metadados foram extraídos de milhares de repositórios de acesso aberto do mundo todo. Conforme observa Guédon (2006, p. 28), na ausência do acesso aberto, os cientistas perdem o acesso às informações potencialmente relevantes à sua pesquisa se a sua instituição não paga uma assinatura para aquela revista, o que, por sua vez, significa que diversas boas ideias não circularão dentro das comunidades científicas.

Os cientistas são motivados a produzir artigos para serem lidos, citados e principalmente, utilizados como base para avanços científicos nos seus respectivos campos. Tais usos constituem o potencial "impacto" dos resultados publicados da pesquisa, e é por isso que as agências de fomento à pesquisa recompensam os cientistas não apenas pelo número de artigos publicados, mas pela sua influência e escopo, indicados na medição do número de artigos subsequentes que os usam e citam – seu fator de impacto (GARFIELD, 2006). Isso significa que os cientistas que publicam são incentivados a terem maior interesse em publicar nas revistas com um maior fator de impacto – o Journal Impact Factor (JIF) – que mede o número médio anual de citações de artigos recentemente publicados na revista (THOMPSON REUTERS, 2012). O sistema Qualis implantado pela CAPES reforça esta abordagem avaliativa das revistas em que os pesquisadores brasileiros publicam, classificando-as em estratos de qualidade com A1 como a melhor, seguida por A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C sendo considerada de pior qualidade. Estas medidas de qualidade são parte integrante da avaliação

quadrienal dos programas de pós-graduação, fazendo com que estes incentivem que seus pesquisadores (professores e alunos) publiquem em periódicos altamente avaliados pela medida Qualis CAPES.

Há agora um corpo de literatura que demonstra uma vantagem de citação que pode ser alcançada através da disponibilização de artigos em acesso aberto, seja através de uma revista de acesso aberto, uma revista híbrida (revistas de acesso não aberto que oferecem ao autor a opção de abrir o acesso a seu artigo no ato de publicação, pagando as APCs), ou através do arquivamento em um repositório. Já foi demonstrada a existência desta vantagem, conhecida como OACA (Open Access Citation Advantage), em alguns campos científicos através de estudos que comparam citações de artigos não acesso aberto e artigos em acesso aberto publicados no mesmo volume e número de uma dada revista híbrida (HARNAD; BRODY, 2004; ARCHAMBAULT et al., 2016). Essa vantagem é uma métrica em nível de artigo (ou Article Level Metric, ALM) em vez de em nível de revista (como o JIF). Como já mencionado, as citações de publicações em acesso aberto podem ser feitas a partir da versão publicada em uma revista ou do mesmo artigo encontrado em um repositório de acesso aberto, este último muitas vezes descoberto usando motores de busca da Internet como o Google Acadêmico. Mesmo assim, pode ser observado que a partir de práticas de referência de artigos, os autores tendem a referenciar e citar os dados bibliográficos da versão publicada da revista, mesmo que o artigo tenha sido realmente baixado de um repositório; é incomum ver o URL do repositório sendo listado em referências como o veículo de disseminação do artigo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo desta pesquisa foi identificar as práticas e percepções de pesquisadores de dois Programas de Pós-Graduação em Engenharia (PPGs) de alta avaliação pela CAPES em relação à publicação em formas de acesso aberto e não acesso aberto (revistas, repositórios e sites pessoais). Foi adotada uma abordagem exploratória com métodos mistos utilizando assim, métodos de coleta de dados tanto quantitativos, quanto qualitativos (CRESWELL, 2010). Creswell (2010) observa que os pesquisadores podem enriquecer a pesquisa se eles buscarem combinar e conectar os dados coletados, através da utilização de métodos quantitativos e qualitativos, no que ele se refere como a "incorporação" de um conjunto de dados em outro, para apoiar e aumentar a análise. No estudo em questão, os dados quantitativos coletados referem-se aos indicadores e detalhes das publicações dos pesquisadores investigados, enquanto os dados qualitativos focam nas entrevistas realizadas com esse grupo de pesquisadores, conforme será discutido abaixo.

Primeiramente, os dados foram extraídos das páginas institucionais da universidade para a identificação dos pesquisadores-docentes dos dois PPGs de Engenharia com maior desempenho (de acordo com a avaliação da CAPES). Os cursos de pós-graduação em Engenharia foram escolhidos pela tradição que o campus universitário em questão possui, sendo que desde 1948, ela está inserida no ensino e pesquisa de Engenharia de alta qualidade

no Brasil. Foram identificados 47 pesquisadores (22 do primeiro programa de pós-graduação, 25 do segundo) que publicaram no período de 2008 a 2016 e, com os nomes desses pesquisadores em mãos, os detalhes de suas publicações foram extraídos de seus currículos disponíveis na Plataforma Lattes, através da utilização do software aberto ScriptLattes (MENA-CHALCO; CESAR JUNIOR, 2009).

Os títulos das revistas em que os pesquisadores publicaram no período estudado foram consultados no DOAJ para determinar se eram ou não revistas em acesso aberto. Em seguida, para os artigos publicados em revistas de acesso não aberto, foi consultada a base de dados SHERPA/RoMEO para a verificação das políticas de permissão para arquivamento em repositórios de acesso aberto para cada revista em questão. Posto que, para muitos dos artigos publicados em revistas comerciais de acesso não aberto o período de embargo já havia decorrido ou a política da revista permitia o arquivamento de uma versão do artigo em um repositório de acesso aberto, procuramos em seguida descobrir quantos desses artigos estavam, de fato, totalmente disponíveis em acesso aberto na internet. Para tanto, verificamos a disponibilidade dos artigos no repositório institucional da USP (BDPI), bem como, realizamos buscas no Google Acadêmico, pois este motor de busca recupera os metadados e os links para cópias de artigos arquivados em repositórios de acesso aberto do mundo todo, e é frequentemente utilizado por cientistas. Todos os dados quantitativos coletados nestas etapas da pesquisa foram tabulados e armazenados em uma planilha do Microsoft Office Excel®.

Simultaneamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e guiadas (RICHARDSON, 2012) com um subgrupo de 11 pesquisadores dos 2 PPGs estudados. Em entrevistas semiestruturadas, a entrevistadora utilizou um roteiro de perguntas para garantir que os mesmos tópicos foram abordados em cada entrevista e as perguntas feitas fossem centradas no conteúdo, com o objetivo de lidar com questões e áreas julgadas pelos pesquisadores como relevantes para a questão de pesquisa. Todos os 47 cientistas que lecionam, pesquisam e publicam nos dois PPGs foram convidados a participar nesta etapa de entrevistas. Assim, o subconjunto de 11 pesquisadores finalmente entrevistados corresponde àqueles que responderam afirmativamente ao e-mail, enviado duas vezes, convidando-os a participar da entrevista. Estas duraram aproximadamente 35 minutos cada, e foi pedido aos participantes que dessem suas impressões sobre o sistema de publicação acadêmica, de forma geral e, em seguida, mais especificamente a respeito das revistas e os repositórios de acesso aberto. Além disso, pedimos para que comentassem o grau de sua familiaridade com o repositório e a política de acesso aberto da sua própria instituição. As entrevistas foram gravadas com a permissão de cada entrevistado e posteriormente transcritas. O fato de as entrevistas terem sido orientadas por um roteiro tópico utilizado pela entrevistadora ajudou na identificação de categorias primárias de tópicos nas transcrições (RICHARDSON, 2012). As unidades de análise deste conteúdo textual e sua subsequente representação e discussão nos resultados relacionados a cada grupo de dados obtidos e tratados na fase quantitativa do estudo foi assim facilitada. Para algumas das perguntas feitas na entrevista, às quais uma simples resposta "sim" ou "não" poderia ser dada, tabulamos os resultados (como visto na Tabela 2), mesmo se o entrevistado

falasse mais detalhadamente sobre o tópico, por exemplo, ilustrando com exemplos que tinham ocorridos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da utilização do ScriptLattes, houve a extração de dados de publicação dos Currículos Lattes dos pesquisadores que revelou nas publicações entre os dois Programas de Pós-Graduação (PPGs) um total de 970 artigos para o período de 2008 a 2016, 466 destes publicados pelos pesquisadores do PPG-1 (e distribuídos entre 145 revistas diferentes), e 504 artigos publicados pelo PPG-2 (e distribuídos entre 108 revistas), como mostrado na Figura 1.

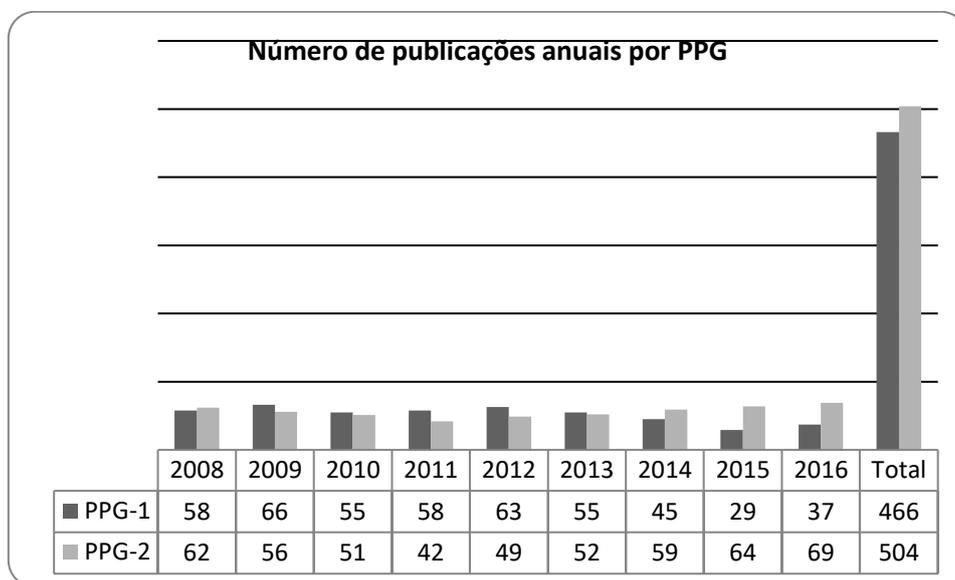


Figura 1. Número de artigos publicados pelos pesquisadores dos 2 PPGs entre 2008 e 2016
Fonte: Autoria própria

Observou-se também que dos títulos de revistas escolhidos para publicação, 260 (55,8%) daqueles do PPG-1 e 376 (74,6%) do PPG-2 se enquadram nos estratos A1 a B2 do Qualis CAPES. Isso realça a preocupação dos pesquisadores em publicar nas revistas mais cotadas para manter a alta pontuação (também atribuída pela CAPES) do respectivo PPG. Notou-se que em todas as entrevistas também, os participantes se referiram à classificação da revista Qualis CAPES como o critério predominante na escolha do título de revista para submissão de manuscritos. A explicação abaixo dada por um dos entrevistados reflete tal preocupação, juntamente com a necessidade de se publicar os resultados considerados mais relevantes para um público nacional brasileiro na comunidade profissional de Engenharia:

“Nós escolhemos fundamentalmente tendo em vista pelo menos dois parâmetros. Primeiro parâmetro: tem que ser uma revista que tenha uma classificação CAPES, certo? Na nossa área de atuação, por exemplo, aqui em Engenharias I, então, nós escolhemos que tenha boa, uma então, a melhor classificação possível. Nós procuramos aquela revista que a gente saiba que tem a maior visibilidade no país, nem que às vezes, elas sejam um pouquinho mais abaixo, mas que tenha um pouco

mais de visibilidade no país. E por que isso? Porque nos entendemos que sendo uma entidade pública brasileira, nós devemos muita satisfação aos brasileiros, então procuramos dentro daquelas que tem a classificação nas proximidades ou às vezes até um pouco menos, damos a preferência para publicar no Brasil. É obvio que às vezes nós temos algumas situações quando isso não é possível, temos um artigo cuja abordagem é um pouco mais generalizada, então daí, a gente busca uma revista que seja, digamos AI, por causa, que é uma informação generalizada para muitas situações. São esses critérios que a gente tem utilizado (informação verbal).” (P9)²

Prosseguindo, efetuamos a checagem no DOAJ para saber se as revistas nas quais os pesquisadores dos dois PPGs haviam publicado estavam disponibilizadas em acesso aberto ou não. Diante do exposto, obtivemos os resultados apresentados na Figura 2, onde podemos ver que 102 (21,9%) dos artigos publicados pelos autores do PPG-1, e 150 (29,8%) dos artigos publicados pelos autores do PPG-2 são publicados em revistas de acesso aberto.

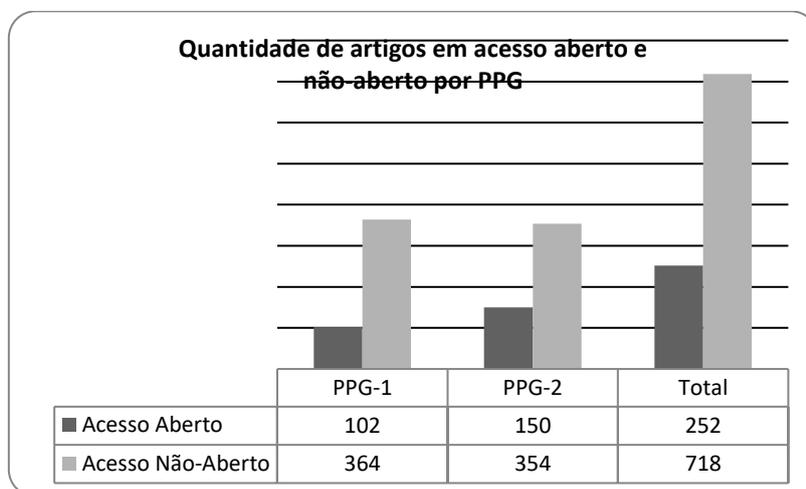


Figura 2. Artigos publicados nos PPGs em periódicos por tipo de acesso

Fonte: Autoria própria

Esses resultados refletem as opiniões expressas pelos pesquisadores nas entrevistas, quando foram questionadas sobre as revistas em acesso aberto. Cinco dos onze entrevistados se manifestaram a favor dos periódicos em acesso aberto, enquanto outros cinco não quiseram comentar sobre o assunto. Um pesquisador manifestou sua oposição em relação a tais revistas, afirmando: “Sou contra. Eu acho que não se deveria pagar para publicar. Eu, por exemplo, não pratico isso porque acho que não tem sentido você pagar para publicar.” (informação verbal) (P8). De fato, os cinco entrevistados a favor também expressaram essa limitação de ter que pagar para publicar em revistas de acesso aberto. Aqui, é relevante lembrar que a literatura científica em geral, tanto aquela em acesso aberto, quanto a não aberta, não é livre de custos para produzir ou publicar. Como Suber (2012, p. 21, tradução nossa) coloca:

O acesso aberto não é uma tentativa de negar a realidade dos custos. Nenhum defensor sério do acesso aberto jamais disse que a literatura em acesso aberto seja

2 Entrevistas realizadas com dois grupos de cientistas credenciados em um dos dois programas de pós-graduação em Engenharia da Universidade de São Paulo – USP.

sem custo de produzir, embora muitos argumentem que é muito menos cara a produzir do que a literatura convencionalmente publicada [...] (SUBER, 2012, p.21, tradução nossa).

Como todo tipo de revista científica incorre em custos para a sua produção, algumas em acesso aberto cobram taxas de processamento de artigos (os APCs) aos autores (ou suas agências de financiamento à pesquisa) precisamente porque não cobram taxas de acesso aos leitores e usuários, como fazem as revistas de acesso não aberto, na forma de assinaturas ou taxas de acesso ao nível do artigo. Suber (2012) observa que a maioria dos pesquisadores está mais consciente do acesso aberto dourado, ao ponto de que o conceito de acesso aberto para muitos realmente significa *revistas* em acesso aberto apenas, e não os repositórios de acesso aberto “verde”. Suber (2012, p. 137-8, tradução nossa) elabora mais este ponto, observando:

Além do mito de que todo acesso aberto é acesso aberto dourado, o mito mais comum sobre o acesso aberto dourado é que todos os periódicos de acesso aberto cobram taxas aos autores ou usam um modelo de negócios "autor-paga". Há três erros aqui. O primeiro é supor que há apenas um modelo de negócios para revistas de acesso aberto, quando há muitos. O segundo é supor que cobrar uma taxa antecipada para publicar significa que são os autores que terão que pagá-la. O terceiro é supor que todos ou mesmo a maioria de revistas em acesso aberto cobram taxas antecipadas. De fato, a maioria dos periódicos de acesso aberto (70%) não cobram nenhuma taxa antecipada nem cobram do autor (SUBER, 2012, p.137-138, tradução nossa).

Apesar de alguns periódicos de acesso aberto de alta qualidade renunciarem à cobrança de taxas de publicação para autores sem financiamento à pesquisa, isso se mostra evidente não ser o caso dos entrevistados de nosso estudo. Mesmo aqueles que expressaram opiniões favoráveis ao acesso aberto em princípio, queixaram-se sobre a necessidade de pagar APCs, como visto nos seguintes trechos das entrevistas:

“Na nossa área, é o que me limita. Por exemplo, nós publicamos agora o artigo de uma revista de acesso aberto, só que é acesso aberto por usuário, mas o autor tem que pagar e é caro! Eu não me lembro, se foram 600 dólares, ou 500 dólares que pagamos (informação verbal).” (P11)

“O que está acontecendo é que as revistas de acesso aberto cobram e as revistas de acesso fechado não cobram. Como no geral a gente não tem dinheiro para publicar, ou tem pouco, a gente acaba publicando nas revistas de acesso fechado, mesmo querendo o artigo em acesso aberto (informação verbal).” (P4)

Na realidade, apenas três dos entrevistados pagaram para publicar em uma revista de acesso aberto, em comparação com os dois que disseram nunca ter pagado; os outros seis pesquisadores expressaram dúvidas sobre isso. Também foi notado que apenas um pesquisador observou que as revistas de acesso aberto aderem aos mesmos padrões de qualidade de revisão por pares que as revistas de acesso não aberto, de assinatura, comentando, no contexto deste assunto levantado na entrevista que: “[...] *é aberta no acesso, mas ainda é altamente exigente*” (informação verbal) (P6).

Depois de identificar a quantidade de publicações em acesso aberto e em acesso não aberto que os pesquisadores dos dois programas publicaram (conforme apresentado na Figura

2), o passo seguinte foi identificar, na base de dados SHERPA/RoMEO (<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/>), as políticas de arquivamento para as revistas de acesso não aberto de cada PPG, para verificar se alguma versão dos artigos já publicados poderiam, de fato, ser disponibilizada em acesso aberto. Os resultados demonstram (na Tabela 1) que, para os artigos publicados em revistas de acesso não aberto pelos pesquisadores dos dois PPGs, um pouco mais da metade (391 do total de 718 artigos) foi publicada em revistas que implementam uma política de arquivamento verde. Isso significa que eles permitem o arquivamento de uma versão do artigo em um repositório de acesso aberto, frequentemente após um período de embargo, e muitas vezes no formato final PDF, usando o próprio layout e diagramação da editora. Além disso, verificou-se que para os artigos identificados que haviam sido publicados em revistas com esta política de arquivamento verde, o período de embargo já havia expirado, o que significa que esses artigos podem ser disponibilizados em um repositório de acesso aberto.

Tabela 1. Distribuição das políticas de arquivamento das revistas de acesso não aberto e do número de artigos publicados nestas, por Programa

RoMEO - Políticas de arquivamento	PPG-1	PPG-2	
Verde	159	232	391
Azul	14	11	25
Amarelo	9	19	28
Branco	10	19	29
Políticas da revista não verificadas	20	13	33
Não encontradas em RoMEO	152	60	212
TOTAL	364	354	718

Fonte: Autoria própria

Para cada um dos 718 artigos publicados em revistas de acesso não aberto, uma pesquisa com o título dos artigos foi realizada na internet, no buscador Google Acadêmico e, em seguida, no repositório institucional da USP, a BDPI, para verificar se estavam disponíveis em acesso aberto. A premissa aqui era que, se o período de embargo da editora já tivesse terminado, então esses artigos já deveriam estar disponíveis em acesso aberto. Os resultados estão expostos na Figura 3. Deve-se ressaltar que essas buscas foram realizadas utilizando-se uma conexão privada, residencial, sem a utilização de um *proxy* de acesso ao Portal CAPES Periódicos ou à intranet da USP, sendo assim, sem os privilégios de acesso detidos pelos usuários acadêmicos, e portanto simulando pesquisas feitas por um usuário da comunidade em geral, para quem, como contribuintes que subsidiam (via impostos) pesquisa científica realizada em universidades públicas, o acesso aberto à literatura científica constitui um direito. (ZUCCALA, 2010; WILLINSKY, 2006).

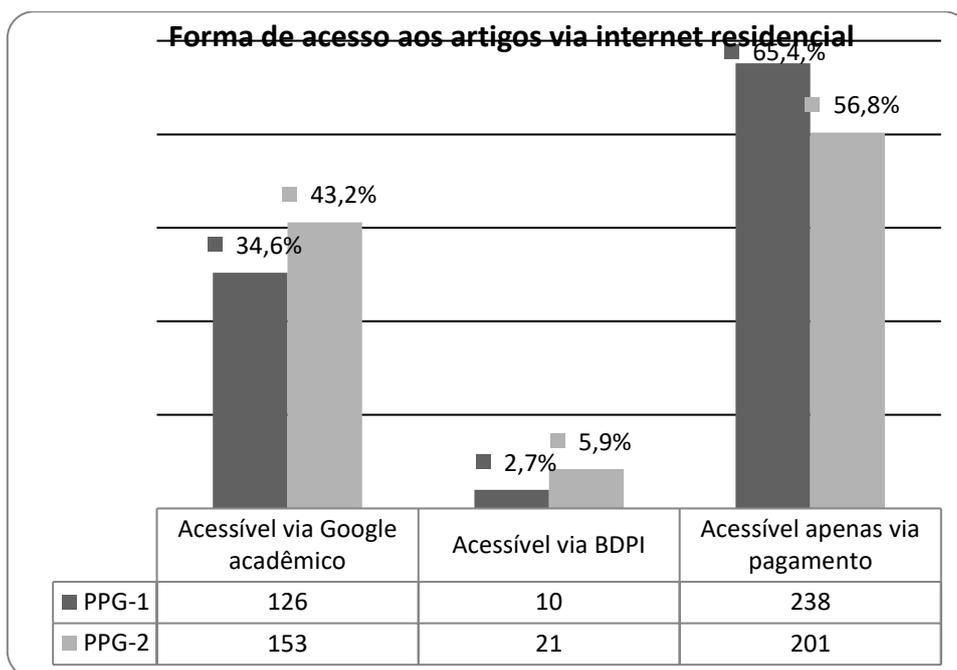


Figura 3. Formas de acesso aos artigos publicados em revistas de acesso não aberto

Fonte: Autoria própria

Através dessas buscas, observou-se que no PPG-1 havia 126 artigos (34,6%) com o arquivo PDF disponível em acesso aberto através da pesquisa no Google Acadêmico, em comparação com os 238 (65,4%) cujo acesso ao texto completo pela internet exigia o pagamento de taxas, cobradas em dólares ou euros. Para o PPG-2, esses números foram de 43,2% (153 artigos) e 56,8% (201 artigos), respectivamente. Ou seja, a maior parcela dos artigos que potencialmente poderia ser disponível em acesso aberto ainda está inacessível abertamente. Deve ser lembrado que quando se afirma que os artigos estão "disponíveis através do Google Acadêmico", é porque estes foram arquivados em um repositório de acesso aberto em algum lugar do mundo, com o mecanismo do Google Acadêmico colhendo e expondo os metadados do artigo para que o usuário possa fazer *download* deste a partir do repositório onde o mesmo foi arquivado, sem que o usuário tenha necessariamente que acessar o site do repositório em questão.

Ao verificar o número de artigos disponíveis em acesso aberto no repositório institucional da universidade, BDPI, e utilizando a própria ferramenta de busca deste repositório, as proporções de artigos disponibilizados em acesso aberto caem drasticamente, com apenas 2,7% para o PPG-1 e 5,9% para o PPG-2 do número total de artigos desses programas. É desconcertante que de um total de 391 artigos de ambos PPGs que poderiam estar disponíveis em acesso aberto quando considerarmos que eles foram publicados em revistas com políticas de arquivamento "verdes", apenas uma quantidade significativamente baixa, 10 artigos, para o primeiro programa e 21 artigos para o segundo, estão, de fato, disponíveis em acesso aberto através de uma conexão de Internet exclusivamente residencial.

Durante as entrevistas, quando surgiu o tema do autoarquivamento no repositório institucional da USP, apenas três dos entrevistados tiveram conhecimento da existência deste repositório, e estes tiveram apenas uma vaga noção da possibilidade de arquivar cópias de suas publicações lá. No decorrer das entrevistas, foi mencionado pela entrevistadora, a Resolução USP 6444/2012, que estabelece o repositório institucional e recomenda a "todos os membros da comunidade USP publiquem seus resultados de pesquisa, de preferência em veículos acesso aberto ou nos que permitam, em seus contratos de publicação, de uma cópia da publicação na BDPI". Alguns entrevistados ficaram surpresos ao descobrir essa "autonomia" de arquivar cópias de seus artigos publicados no repositório BDPI. Refletindo os resultados de pesquisas similares conduzidas fora do Brasil (MOORE, 2011; SWAN, 2006; PARK, QIN, 2007), esta possibilidade se choca com as preocupações dos cientistas de que eles podem estar violando acordos de direitos autorais que eles já aceitaram no momento da submissão do manuscrito, como expressado por dois entrevistados:

"A gente sempre teve um pouco de receio em relação à parte legal, porque na verdade, quando você publica num periódico de impacto, eles pedem que você assine um documento entregando o copyright para eles. Então, eu não sei até que ponto, eu acho que eu até deveria, né? Mas a gente fica com medo, então eu realmente não sei, desconheço essa diretriz [referindo-se à Resolução] aí é que eu sei que existe um banco digital de teses, dissertações, mas essas coisas que não tem direito autoral, né? Direito autoral do aluno e o aluno em geral tem o interesse e divulgar então ele coloca tudo o resto que envolve o direito autoral. A gente tem um pouco de receio (informação verbal)." (P3)

"Para interesse do pesquisador é interessante à máxima divulgação, a divulgação máxima do produto, agora, realmente não conhecia. Eu sempre achei que conflitava, porque chega o papel pra assinar a gente assina aqui e fala pronto, agora não podemos, não posso mais, essa era a minha ideia, né? Para mim é novidade. É um contrassenso (informação verbal)." (P10)

Mesmo que os temas mais específicos do auto-arquivamento ou do arquivamento mediado não fossem explicitamente abordados nas entrevistas, um entrevistado acrescentou que *"isso eu acho que as próprias, os próprios bibliotecários poderiam fazer para a gente, certo?"* (informação verbal) (P11).

Em relação às outras perguntas feitas aos pesquisadores entrevistados, temos os seguintes resultados tabulados:

Tabela 2. Distribuição das respostas dos participantes sobre os tópicos de acesso aberto abordados nas entrevistas

	Sim	Não	Incerto
Já usou ou acessou um repositório de acesso aberto? Conhece alguns?	2	3	6
Já recebeu solicitações (e-mails) de pessoas fora da USP pedindo acesso a um artigo seu?	6	3	2
Já experimentou alguma dificuldade em acessar um artigo que precisou?	4	6	1

Fonte: Autoria própria

A partir desses resultados, observamos que o conhecimento dos repositórios de acesso aberto é baixo entre os participantes, havendo apenas dois deles que afirmam ter usado ou acessado tais repositórios. Tal lacuna de conhecimento talvez não seja surpreendente: embora o Google Acadêmico tenha sido mencionado em diversos pontos de todas as entrevistas dos participantes, não há necessariamente a clareza de que esta plataforma recolhe, agrega e exhibe os metadados de publicação da rede mundial de repositórios em acesso aberto. E o fato de que seis dos 11 cientistas entrevistados responderam às demandas por cópias dos seus artigos de pessoas de fora da universidade (e, inclusive, fora do país), não só exemplifica a continuidade da tradição intrínseca e milenar de a comunidade científica compartilhar o conhecimento científico produzido por ela, mas também aponta para uma dimensão que pode ser alavancada em campanhas de conscientização com pesquisadores sobre os benefícios acarretados na comunidade científica mais ampla, se eles garantam que seus próprios artigos estejam disponíveis em repositórios de acesso aberto. De fato, foi sobre a questão de tais pedidos de pessoas de países em situação menos favorável daquela que no Brasil, que os participantes falaram mais sobre a necessidade de instituir o acesso aberto à literatura científica. O fato de que pouco mais da metade expressou que nunca experimentou dificuldade em acessar um artigo de que precisava, atesta a situação comparativamente privilegiada do grupo de cientistas que participaram de nosso estudo, para o qual o acesso à literatura não é considerado algo problemático: além de ter acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, como é o caso de todos os cientistas empregados em universidades públicas no Brasil, eles também ensinam e pesquisam em PPGs altamente ranqueados de uma das universidades mais prestigiadas e respeitadas da América Latina, a USP. Estes privilégios de acesso diminuem uma necessidade real e sentida do acesso aberto, um fator que às vezes pode se traduzir na falta da necessidade de sequer saber sobre o mesmo.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do estudo aqui apresentado foi coletar e analisar as percepções e práticas de publicação em acesso aberto e acesso não aberto de um grupo de pesquisadores docentes brasileiros que atuam em programas de pós-graduação altamente qualificados. Dessa forma, realizamos coleta de dados quantitativos, comparando suas práticas de publicação em revistas de acesso aberto e de acesso não aberto, bem como mapeando a disponibilidade de seus artigos publicados em repositórios de acesso aberto. Em paralelo, realizamos entrevistas semiestruturadas com onze dos pesquisadores dos dois programas, produzindo uma quantidade de dados qualitativos das transcrições, que foi submetida a uma análise de conteúdo simples, estruturada pelas categorias analíticas pré-estabelecidas pelas categorias do guia, “roteiro” usado nas entrevistas. Dessa forma, o objetivo do estudo foi atendido no fim do nosso estudo.

À luz da literatura sobre acesso aberto que descreve o notável crescimento de publicações disponíveis em acesso aberto nos últimos anos, esperávamos encontrar uma maior porcentagem de artigos publicados nessa modalidade pelos pesquisadores cobertos por nossa pesquisa. Deduzimos que esses autores muitas vezes deixam de publicar em acesso aberto, não

de forma intencional, porém agem sob a influência de políticas de agências de desenvolvimento e avaliação (como a CAPES, por exemplo), que priorizam publicações em revistas com alto fator de impacto. Para os participantes desta pesquisa, a publicação em revistas não abertas com alto fator de impacto não é compatível com a disponibilização dos seus artigos em acesso aberto, principalmente porque eles desconhecem a opção que têm de autoarquivar cópias dos mesmos artigos em seu repositório institucional. Ou seja, o fato de que o arquivamento em um repositório e a publicação de uma revista com alto FI podem ser caminhos que se complementam entre si, não está claro para os participantes da pesquisa: é pouco conhecido que os periódicos de assinatura, de acesso não aberto permitem que os autores disponibilizem seus artigos em repositórios de acesso aberto após o período de embargo ter decorrido. Embora o SHERPA/RoMEO tenha demonstrado ser de extrema importância como ferramenta de consulta de políticas de direitos autorais e arquivamento, o site possui um número significativo de revistas cujas políticas de arquivamento ainda não foram verificadas (começando com todas as revistas já classificadas como de acesso aberto), o que poderia gerar insegurança para alguns autores (ou bibliotecários atuando como intermediários no processo de arquivamento) que pretendam arquivar seus artigos no repositório institucional ou um temático. Sugerimos uma maior divulgação da informação sobre a base SHERPA/RoMEO (que também possui uma interface em português) para que mais autores possam utilizá-la e com isso, disponibilizar cada vez mais artigos à comunidade em geral.

Considerando os períodos de embargo e as políticas de arquivamento das revistas analisadas, observamos uma quantidade significativa de artigos indisponíveis nos repositórios de acesso aberto e, em especial, no repositório institucional da USP, mesmo após quatro ou cinco anos de publicação. Logo, a universidade poderia ampliar a promoção do acesso aberto, através do uso de seu repositório institucional entre pesquisadores e docentes, e até mesmo a utilização de sua rede de bibliotecários para arquivar esses artigos no repositório, garantindo o acesso a eles, além de tornar visível um repositório institucional, favoravelmente povoado para a universidade. Será, assim, através desses meios que a USP, como prestigiada universidade da América Latina, colherá os benefícios, junto com a sociedade em geral, de tornar os resultados de suas pesquisas mais acessíveis.

REFERÊNCIAS

ARCHAMBAULT, Éric; CÔTÉ, Grégoire; STRUCK, Brooke; VOORONS, Matthieu.

Research impact of paywalled versus open access papers. Disponível em:

<<http://www.lscience.com/oanumbr.html>> Acesso em: 24 ago. 2016.

BAILEY, Charles William Jr. What is open access? In: JACOBS, N. **Open access: key strategic, technical and economic aspects.** Oxford: Chandos, 2006. p. 13-26.

BUTLER, Declan. The dark side of publishing. **Nature**, v. 495, n. 7442, p. 433-435, 2013.

CAPES. **Histórico**. Disponível em: < https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&mn=69&smn=87 >. Acesso em: 09 abr. 2017.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GARFIELD, Eugene. Citation indexes to science: a new dimension in documentation through association of ideas. **International Journal of Epidemiology**, v. 35, n. 5, p. 1123-1127, 2006.

GUEDON, Jean Claude. Open access: a symptom and a promise. In: JACOBS, N. **Open access: key strategic, technical and economic aspects**. Oxford: Chandos, p. 27-38, 2006

HARNAD, Stevan; BRODY, Tim. Comparing the impact of Open Access (OA) vs. Non-OA Articles in the same journals. **D-Lib Magazine**, v. 10, n. 4, 2004.

HARNAD, Stevan. Optimizing open access policy. **The Serials Librarian**, v. 69, n. 2, p.133-141, 2015. Disponível em: < <http://eprints.soton.ac.uk/381526/> >. Acesso em: 24 out. 2016.

HARNAD, Stevan. Opening access by overcoming Zeno's paralysis. In: JACOBS, N. **Open access: key strategic, technical and economic aspects**. Oxford: Chandos, 2006. p. 73-98.

MENA-CHALCO, Jesus Pascual; CESAR JUNIOR, Roberto Marcondes. ScriptLattes: an open-source knowledge extraction system from the Lattes platform. **Journal of the Brazilian Computer Society**, v.15, n.4, p.31-39, 2009.

MOORE, Gale. **Survey of University of Toronto Faculty awareness, attitudes and practises regarding scholarly communication: a preliminary report**. Toronto: University of Toronto, 2011. Disponível em: < <https://tspace.library.utoronto.ca/handle/1807/26446> >. Acesso em: 15 set. 2014.

PACKER, Abel. The SciELO open access: a gold way from the South. **Canadian Journal of Higher Education**, v. 39, n. 3, p. 111-126, 2009.

PARK, Ji-Hong; QIN, Jian. Exploring the willingness of scholars to accept open access: a grounded theory approach. **Journal of Scholarly Publishing**, v. 38, n. 2, jan. 2007. p. 55-84.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social. Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SHERPA-RoMEO. Disponível em: < <http://www.sherpa.ac.uk/> >. Acesso em: 08 maio 2016.

SWAN, Alma. The culture of open access: researchers' views and responses. In: JACOBS, N. **Open access: key strategic, technical and economic aspects**. Oxford: Chandos, 2006. p. 65-72.

SUBER, Peter. **Open access**. Massachusetts: MIT Press, 2012.

THOMPSON REUTERS. **Journal Citation Reports**. Atualizado em 2012. Disponível em: <http://admin-apps.webofknowledge.com/JCR/help/h_impfact.htm>. Acesso em: 12 maio 2016.

WILLINSKY, John. **The access principle**. The case for open access to research and scholarship. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2006.

ZUCCALA, Alisia. Open access and civic scientific information literacy. **Information Research: An International Electronic Journal**, v. 15, n. 1, 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq/CAPES pelo apoio financeiro fornecido à primeira autora, processo número 401875/2011-3.

